



KÖNNEN

Rua Torres Câmara, 421
Aldeota – CEP:60150-060
Fone: (0**85) 3261-8077
Fax: (0**85) 3261-8076
Fortaleza-CE – Brasil
E-mail: konnen@konnen.eng.br

**Gerência Regional de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da CODEVASF –
7ª/GRD,**

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Ref.: Concorrência Pública Nacional nº 04/2022

CONSTRUTORA KONNEN LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.463.198/0001-02, com sede estabelecida à Rua Torres Câmara 421, Aldeota, Fortaleza/Ceará, CEP. 60.150-060, na qualidade de empresa participante da LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE CURIMATÁ – 1ª ETAPA NO MUNICÍPIO DE CURIMATÁ, NO ESTADO DO PIAUÍ, Nº do Edital: Nº 04/2022, consoante as razões a seguir aduzidas.

I – Síntese fática e da licitação.

1. Trata-se da Licitação 04/2022, de interesse da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Secretaria Regional de Licitações – 7ª SL, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA DE CURIMATÁ – 1ª ETAPA NO MUNICÍPIO DE CURIMATÁ, NO ESTADO DO PIAUÍ, em regime de empreitada por preço unitário.
2. Ocorre que, após uma análise acurada do instrumento convocatório, constatou-se que na planilha orçamentária consta nos itens 02.01.06.01, 02.05.02.01 e 06.02.01, o fornecimento de “RESERVATÓRIO METÁLICO APOIADO EM AÇO CARBONO (ASTM –A36) DE ALTA RESISTÊNCIA ESTRUTURAL - 400m³”, totalizando 3 unidades. Considerando que estes reservatórios serão fornecidos de outra região do país, será necessário a realização do seu transporte do ponto de fabricação até o município de Curimatá, onde será instalado, o que não está previsto na planilha orçamentária.
3. Constatamos também a ausência de transporte de outros materiais como aço que representam 6,65% do total de serviços previsto na planilha orçamentária, Cimento para a produção de Concreto que representa 5,70% dos serviços previstos na planilha orçamentária, dentre outros itens.
4. Assim, a presente impugnação objetiva a retificação do Edital a fim de que sejam incluídos os custos com transportes desconsiderados no orçamento original, para fins de adequação da planilha de preços básicos do Edital, tornando-a adequada aos custos vigentes em mercado.



KÖNNEN

Rua Torres Câmara, 421
Aldeota – CEP:60150-060
Fone: (0**85) 3261-8077
Fax: (0**85) 3261-8076
Fortaleza-CE – Brasil
E-mail: konnen@konnen.eng.br

II – Fundamentos fáticos e jurídicos.

a) Necessidade de conformidade entre os valores estimados e os encontrados no mercado.

1. Sabe-se que a elaboração do orçamento é fase primordial para a condução do processo licitatório, impactando o resultado da licitação e evitando que o instrumento vinculatório do certame exija custos inexequíveis – abaixo do valor de mercado. A qualidade e a precisão do orçamento, portanto, influenciam diretamente a economicidade e a eficiência das contratações, representando uma das etapas mais sensíveis do planejamento das licitações.

2. A conformidade entre os valores referenciados no Edital e os vigentes em mercado para os produtos/serviços licitados é garantia constitucional dos licitantes, de modo a garantir a exequibilidade do objeto do certame e a isonomia entre os participantes. É o que se deduz dos arts. 15, inciso III e 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

3. O mesmo entendimento é explicitamente requerido pelo art. 4º da Instrução Normativa nº 73/2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (aplicada por analogia, conforme posicionamento do TCU), que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional:

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

4. Da leitura conjunta dos dispositivos, infere-se que o legislador ordinário federal pretendeu garantir o **equilíbrio econômico-financeiro contratual** e ampliar a competitividade



KÖNNEN

Rua Torres Câmara, 421
Aldeota – CEP:60150-060
Fone: (0**85) 3261-8077
Fax: (0**85) 3261-8076
Fortaleza-CE – Brasil
E-mail: konnen@konnen.eng.br

nos certames, permitindo que um maior número de empresas consiga, a partir dos valores encontrados no mercado, apresentar proposta em conformidade com os termos editalícios.

5. Além disso, deve-se avaliar o impacto negativo que a elaboração errônea do orçamento estimativo causa ao regular andamento das licitações e, por consequência, às contratações públicas. Neste sentido, aduz o jurista Lucas Rocha Furtado¹:

“A redação do edital constitui o momento mais importante da fase interna da licitação. A elaboração defeituosa de editais de licitação traz problemas para o curso da licitação, além de ser fonte inesgotável de controvérsias e divergências entre a Administração e a empresa ou profissional a ser contratado.” (*grifos nossos*)

6. Desse modo, é imprescindível que o Edital seja elaborado de forma a evitar futuras controvérsias durante a execução do respectivo contrato administrativo, o que implica na obrigação de que os valores exigidos durante o certame estejam em consonância com os vigentes no mercado, evitando a necessidade de promover recorrentes alterações contratuais. Assim, dispõe a jurisprudência do Tribunal de Contas da União:

Com efeito, é oportuno determinar ao órgão que, doravante, abstenha-se de utilizar pesquisa de preços defasadas em suas licitações, de modo a que o orçamento estimativo reflita, de fato, os preços praticados no mercado à época do certame. (TCU - Acórdão nº 1.462/2010 - Plenário, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa)

Esclareço que **preço aceitável é aquele que não representa claro viés em relação ao contexto do mercado, ou seja, abaixo do limite inferior ou acima do maior valor constante da faixa identificada para o produto (ou serviço)**. Tal consideração leva à conclusão de que as estimativas de preços prévias às licitações, os valores a serem aceitos pelos gestores antes da adjudicação dos objetos dos certames licitatórios, bem como na contratação e posteriores alterações, por meio de aditivos, e mesmo os parâmetros utilizados pelos órgãos de controle para caracterizar sobrepreço ou superfaturamento em contratações da área de TI devem estar baseados em uma “cesta de preços aceitáveis”. (TCU – Acórdão nº 2.170/2007 – Plenário, rel. Min. Ubiratan Aguiar)

(...) Esses argumentos recursais são incapazes de impor a pretendida reforma do decisum recorrido. Segundo o art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 8.666/1993, cabe à comissão receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à licitação e ao cadastramento de licitantes, devendo o julgamento ser processado com observância das



KÖNNEN

Rua Torres Câmara, 421
Aldeota – CEP:60150-060
Fone: (0**85) 3261-8077
Fax: (0**85) 3261-8076
Fortaleza-CE – Brasil
E-mail: konnen@konnen.eng.br

disposições do art. 43, inciso IV, da citada Lei, ou seja, deverá ser verificada a conformidade de cada proposta com os preços correntes de mercado. Ainda que se que admita que na DFA/AP exista um setor responsável pela pesquisa de preços de bens e serviços a serem contratados pela administração, **a Comissão de Licitação, bem como a autoridade que homologou o procedimento licitatório, não estão isentos de verificar se efetivamente os preços ofertados estão de acordo com os praticados a teor do citado artigo.**(TCU – TC-015.425/2002-4. Acórdão nº 51/2008. Segunda Câmara)

7. Em mesmo sentido defende o Superior Tribunal de Justiça, em seu Manual de Orientação para Pesquisa de Preços²:

Assim, é necessário que o órgão licitante possua estimativa prévia que permita verificar se os preços propostos são realizáveis, exequíveis ou compatíveis com os preços praticados pelo mercado. (...)

Noutra oportunidade, a mencionada Corte de Contas esclareceu que a ausência de pesquisa que represente adequadamente os preços de mercado, além de constituir afronta à jurisprudência do Tribunal de Contas, pode render ensejo à contratação de serviços ou aquisição de bens por preços superiores aos praticados pelo mercado, ferindo, assim, o princípio da economicidade, conforme entendimento constante do Acórdão TCU 1785/2013 – Plenário.

8. Por conseguinte, é clara a necessidade de correspondência entre os valores previstos em Edital e os encontrados no mercado quanto ao objeto licitado, constituindo **dever** da Comissão/Órgão responsável pela realização do procedimento licitatório – consequentemente, pela elaboração do Edital - a verificação de tal compatibilidade.

² SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Manual de orientação**: pesquisa de preços. Disponível em: https://www.stj.jus.br/static_files/STJ/Licita%C3%A7%C3%B5es%20e%20contas%20p%C3%BAblicas/Manual%20de%20pesquisa%20de%20pre%C3%A7o/manual_de_orientacao_de_pesquisa_de_precos.pdf. Acesso em: 19 mai. 2022.



KÖNNEN

Rua Torres Câmara, 421
Aldeota – CEP:60150-060
Fone: (0**85) 3261-8077
Fax: (0**85) 3261-8076
Fortaleza-CE – Brasil
E-mail: konnen@konnen.eng.br

III – Pedidos.

Diante do exposto, requer-se:

- a) A promoção de diligências visando a adequação e atualização da planilha de preços básicos (Anexo A), de forma a contemplar os serviços de transportes dos equipamentos e materiais que serão utilizados na obra.
- b) Após promovidas as alterações ao instrumento convocatório, a republicação do Edital nº 04/2022, repondo-se o prazo legal inicialmente estabelecido para apresentação das propostas.

Sem mais para o momento, renovamos nossos votos de mais elevada estima e consideração.

Nesses termos,
Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 29 de agosto de 2022.

Atenciosamente,

CONSTRUTORA KONNEN LTDA
AUGUSTO ROGÉRIO SOUZA